

Editorial

Clara Moura Soares
Maria João Neto

Em 2021 celebraram-se 90 anos sobre a assinatura da Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos (1931). O Grupo de Investigação *Patrimonium* do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pretendeu assinalar a efeméride através da edição de um número especial da ARTis ON.

A Carta de Atenas, adotada na sequência do *Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos* (Atenas, 21-30 outubro de 1931), e publicada no âmbito da Sociedade das Nações, constitui o primeiro documento internacional em matéria de conservação e restauro. Nele se afirmam questões tão importantes e tão atuais ainda hoje, como, a natureza internacional dos monumentos, estimulando-se a cooperação internacional para uma maior eficácia na sua conservação e restauro; a reutilização/refuncionalização dos monumentos como medida de conservação; a dimensão urbana do património e o seu papel no desenvolvimento das cidades; a importância da informação e da educação para o conhecimento e conservação do património.

A Carta de Atenas é, porém, muito mais do que um documento. Enquadra-se no plano de ação da Sociedade das Nações, fundada a 28 de janeiro de 1919, logo a seguir ao final da Primeira Guerra Mundial, para a salvaguarda, conservação, restauro, estudo e divulgação do património histórico e artístico, imóvel e móvel. Neste âmbito foi estabelecido o *International Committee on Intellectual Cooperation* (1922, Paris), e na sua dependência o *International Museums Office* (1926) e a *International Commission on Historical Monuments* (1933), responsáveis pela efetivação da cooperação internacional no domínio do património histórico, artístico e arqueológico, através da promoção de reuniões científicas, de publicações periódicas, como o *Museion – Bulletin de l’Office International des Musées* (criado em 1927), e de documentos de orientação técnica e de gestão.

A Conferência Internacional para o Estudo dos Métodos Científicos Aplicados ao Exame e à Conservação de Obras de Arte (Roma, 1930), o já citado Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos (Atenas, 1931), a Conferência Internacional sobre Arquitetura e planeamento de Museus (Madrid, 1934), e a Conferência Internacional sobre Escavações Arqueológicas (Cairo, 1937), onde se debateram os temas mais prementes e atuais para a época, foram decisivos na evolução do pensamento e das boas práticas em torno da conservação e restauro. Os resultados alcançados divulgaram-se, nomeadamente, através de manuais práticos de conservação, como *La Conservation des Monuments d’Art et d’Histoire* (1933), *Museographie: Architecture et Aménagement des Musées d’Art* (1935), o *Manuel de la Conservation et de la Restauration des Peintures* (1938), ou o *Manuel de la Technique des Fouilles Archéologiques* (1939). Obras que constituem das primeiras publicações internacionais onde se discute o alcance da cooperação intelectual no domínio da ciência e do património.

A referida cooperação internacional, permitiu que se alcançasse, igualmente, a elaboração de documentos diplomáticos tão significativos como a *Convenção para a Proteção de Monumentos e Obras de Arte em Tempos de Guerra* (1939). Factos que sustentam a premissa de que foi, indiscutivelmente, no período entre guerras que se alteraram os protocolos da conservação e restauro e de gestão patrimonial, definindo-se metodologias científicas de análise e estabelecendo-se normas de proteção de bens culturais.

Se é inquestionável que a Segunda Guerra Mundial trouxe a necessidade de se refletir com novos argumentos a prática da salvaguarda e da intervenção no património, também é certo que depois de 1945 se recuperaram

e adaptaram iniciativas anteriores, encetadas no âmbito da Sociedade das Nações, como a criação de novos organismos internacionais destinados a fomentar o debate sobre os temas mais eminentes da conservação e restauro (ICOMOS, ICOM, ICCROM) e a promulgação de outros documentos orientadores de que é exemplo a Carta de Veneza (1964).

No presente número da revista ARTis ON, ambicionou-se avaliar, à escala internacional, o contexto em que a Carta de Atenas foi elaborada, no âmbito alargado da ação da Sociedade das Nações em prol da defesa e valorização do património histórico, artístico e arqueológico, móvel e imóvel.

Considerando, particularmente, o período de duas décadas, situado entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra, convidaram-se os autores, através de chamada de artigos, a apresentar os resultados da sua investigação, contemplando-se igualmente iniciativas e estruturas organizacionais ligadas ao património, criadas após a Segunda Guerra Mundial.

Este número especial da ARTis ON abre com um artigo de síntese que trata a transformação radical de princípios e práticas registados na conservação do património arquitetónico, em Espanha, no período entre guerras. Segue-se um estudo que debate as dificuldades de aplicação dos princípios da Carta de Atenas durante a vigência do regime fascista de Benito Mussolini, em Itália. Por sua vez, um estudo sobre a ação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, durante o regime político do Estado Novo, documenta a realidade portuguesa.

Os reflexos da Carta de Atenas nos artigos da notável revista *Museion* e os seus efeitos na organização dos congressos de Madrid (1934) e de Nova Iorque (1939), promovidos pelo International Museum Office, são igualmente objeto de análise, reforçando o papel do documento de 1931 na evolução das práticas museológicas a uma escala global.

Do ponto de vista das instituições internacionais criadas na sequência da Carta de Atenas, salienta-se o estudo sobre a Comissão Internacional de Monumentos Históricos, cuja curta existência, entre 1933 e 1937, permitiu lançar as bases de um ambicioso programa fortemente apoiado na cooperação internacional, que viria a estar na origem do ICOMOS, fundado em 1964. Em relação ao património móvel, o volume é enriquecido com um artigo sobre a ação da Junta de Calificación, Valoración y Exportación de Bienes del Patrimonio Histórico Español, criada em 1985 e com atividade na atualidade, cujas origens remetem para políticas patrimoniais desenvolvidas antes mesmo da Carta de Atenas.

Os arquitetos Raul Lino e Lúcio Costa protagonizam, em 1935, o debate, em Portugal e no Brasil, respetivamente, sobre o espírito da arquitetura moderna, mas também sobre a patrimonialização da arquitetura. Através de divergências, mas também de algumas convergências, são analisadas as suas posições na procura de uma identidade nacional na arquitetura em cada um dos países, tendo como referência os princípios enunciados nas Cartas de Atenas de 1931 e de 1933.

O património arqueológico também é abordado neste volume com um estudo sobre as descobertas arqueológicas realizadas no Egito, no período entre guerras, e os cuidados com a sua preservação à luz dos princípios da Carta de Atenas, com especial destaque para o túmulo do rei Tutankhamon.

O volume encerra com um estudo sobre o património industrial, representado pelas estações ferroviárias, em Portugal, sensibilizando para a importância do seu estudo, valorização e preservação, contrariando a tendência de abandono que se tem registado.

Editorial

Clara Moura Soares
Maria João Neto

2021 marked the 90th anniversary of the Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments (1931). The *Patrimonium* research group at ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Institute of Art History, School of Arts and Humanities, University of Lisbon] intended to celebrate the date by publishing a special issue of the ARTis ON journal.

The Athens Charter – adopted at the *First International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments* (Athens, 21-30 October 1931) and published within the context of the League of Nations – is the first international document addressing issues of conservation and restoration. It features topics which remain important and pertinent to this day, such as the international status of monuments, which encourages international cooperation towards more effective conservation and restoration processes; the reuse/repurposing of monuments as a conservation measure; the presence of heritage in urban settings and its role in the development of cities; the importance of information and education for a better knowledge of heritage and its conservation.

The Athens Charter is, however, far more than a document. It meets the action plan of the League of Nations – founded on 28 January 1919, following the end of World War I –, specifically its goal of ensuring the protection, conservation, restoration, study, and divulgation of historic and artistic heritage, both movable and immovable. The *International Committee on Intellectual Cooperation* (Paris, 1922) was established sharing the same purpose, as were the *International Museums Office* (1926) and the *International Commission on Historical Monuments* (1933), both under the Committee's supervision. These were responsible for organising international cooperation in the realm of historic, artistic, and archaeological heritage by promoting scientific conferences, periodical publications such as *Museion – Bulletin de l'Office International des Musées* (created in 1927), and documents establishing technical and managerial guidelines.

The International Conference for the Study of Scientific Methods in the Examination and Conservation of Artworks (Rome, 1930), the aforementioned International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments (Athens, 1931), and the International Conference on Archaeological Excavations (Cairo, 1937), in which the most pressing and relevant topics at the time were discussed, were decisive for the development of the debate regarding conservation and restoration, and of the best practices within that context. The results of these conferences were published on practical conservation manuals, such as *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire* (1933), *Museographie: Architecture et Aménagement des Musées d'Art* (1935), *Manuel de la Conservation et de la Restauration des Peintures* (1938), or *Manuel de la Technique des Fouilles Archéologiques* (1939). These are the first international publications discussing the reach of intellectual cooperation within the realm of science and heritage.

This international cooperation also allowed for the drafting of crucial diplomatic documents such as the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict. All this supports the proposition that the interwar period was indeed the time when the modification of the conservation, restoration and heritage management protocols took place, with the definition of scientific analysis methods and the establishment of norms for the protection of cultural property.

Undisputed as it is that the Second World War called for the debate, with new arguments, on the practice of safeguarding and intervening on heritage, it is also true that, after 1945, previous initiatives implemented under

the League of Nations were resumed and adapted, such as the creation of new international organisms meant to promote the debate on the most crucial topics regarding conservation and restoration (ICOMOS, ICOM, ICCROM), and the publication of other advisory documents such as the Venice Charter (1964).

On the present issue of the ARTis ON journal we intended to analyse, on an international scale, the context in which the Athens Charter was formulated, in the wider context of the role of the League of Nations in defending and valuing historic, artistic and archaeological heritage, both movable and immovable.

Considering the two-decade interwar period in particular, we invited authors, through call for papers, to submit the results of their research. It also includes initiatives and organizational structures established after the Second World War which were retrieved from the interwar period.

This special issue of ARTis ON opens with an article that deals with the radical transformation of principles and practices registered in the conservation of architectural heritage in Spain in the interwar period.

This is followed by a study that discusses the difficulties of applying the principles of the Athens Charter during the fascist regime of Benito Mussolini, in Italy. In turn, a study on the action of the Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [Directorate-General for National Buildings and Monuments], during the Estado Novo political regime, documents the Portuguese reality.

The reflections of the Athens Charter in the articles of the notable magazine *Museion* and its effects on the organization of the Madrid (1934) and New York (1939) congresses, promoted by the International Museum Office, are also the object of analysis, reinforcing the role of document of 1931 in the evolution of museological practices on a global scale.

From the point of view of the international institutions created after the Charter of Athens, the study on the International Commission on Historical Monuments stands out. Despite its short existence, between 1933 and 1937, it allowed for the laying of the foundations of an ambitious program strongly supported by international cooperation, which would become the basis of ICOMOS, founded in 1964. In relation to movable heritage, the volume is enriched with an article on the work of the Junta de Calificación, Valoración y Exportación de Bienes del Patrimonio Histórico Español [Board of Qualification, Valuation and Export of Assets of the Spanish Historical Heritage], created in 1985 and currently active, whose origins refer to heritage policies developed even before the Athens Charter.

The architects Raul Lino and Lúcio Costa led, in 1935, the debate, in Portugal and in Brazil, respectively, about the spirit of modern architecture, but also about the patrimonialization of architecture. Through divergences, but also through some convergences, their positions in the search for a national identity in the architecture of each of their countries are analysed, having as reference the principles enunciated in the Athens Charters of 1931 and of 1933.

The archaeological heritage is also addressed in this volume with a study of the archaeological discoveries made in Egypt, in the interwar period, and the care with its preservation in the light of the principles of the Athens Charter, with special emphasis on the tomb of King Tutankhamon.

The volume ends with a study on the industrial heritage, represented by the railway stations in Portugal, raising awareness of the importance of its study, valorization, and preservation, countering the trend of abandonment that has been registered.